

AS PRAÇAS DE JANAÚBA: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E REFLEXÕES SOBRE A ÁREA VERDE URBANA

SANTOS, Willian Rodrigo¹; HERMANO, Vivian Mendes²

¹Graduando em Geografia pela Faculdade Promove de Janaúba

²Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes. Docente da Faculdade Promove de Janaúba

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a qualidade ambiental das praças da cidade de Janaúba, Minas Gerais. Neste trabalho desenvolveu-se uma pesquisa de campo com a visita a 13 praças locais com análises de cada localidade e diagnóstico global da realidade abordada. O estudo ainda se baseou nos achados teóricos de Teixeira e Santos (1991), Loboda e De Angeles (2005) e Bargas e Matias (2011). Os resultados indicam que as praças janaubenses desempenharam relativa qualidade ambiental em face de precariedades estruturais, de zeladoria e arranjo urbanístico. Chegou-se a conclusão de que a inserção de políticas efetivas voltadas para a acessibilidade, funções sanitárias e implantação de sistemas de irrigação, manutenção e vigilância intensificariam os benefícios dos espaços verdes públicos da cidade, conseqüentemente, beneficiando o espaço urbano e seu público usuário.

Palavras-chave: Área verde; Qualidade ambiental; Espaço urbano; Janaúba.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica à análise da qualidade ambiental das praças públicas da cidade de Janaúba, Minas Gerais, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa. O estudo foi embasado nas análises de Teixeira e Santos (1991), Loboda e De Angeles (2005) e Bargas e Matias (2011). As praças submetidas à análise estão localizadas no perímetro urbano da cidade em questão, considerando sua referência urbana, área verde e uso cultural, desde festividades típicas a atividades de natureza esportiva e de lazer.

Considerando o clima semiárido da mesorregião do Norte de Minas Gerais, onde Janaúba se localiza, a cobertura de área verde é um fator de ampla necessidade urbana e socioambiental. Nesse contexto, este estudo se desenvolve sob os cenários e a importância da preservação e manutenção das áreas verdes urbanas, com enfoque na cidade que é seu campo de investigação. O trabalho ora realizado contribui, assim, para a caracterização da situação atual das praças públicas da zona urbana de Janaúba em termos socioambientais. A partir dessa caracterização, reflexos para o planejamento de políticas públicas podem ser observados para melhorar e ampliar o potencial socioambiental

dessas áreas.

Conceituando áreas verdes

O conceito de áreas verdes públicas pode ser interpretado como espaços livres de uso público, constituindo temática de abrangência e emprego em estudos de ambientes urbanos. De acordo com Bargas e Matias (2001, p. 172), a busca pelo desenvolvimento de novas práticas e reflexões em torno dessa temática “estão relacionadas ao planejamento urbano e têm sido evidenciadas no Brasil e no mundo pelo elevado número de pesquisas e estudos técnicos e científicos realizados nos últimos anos”. Os autores ainda apontam a vegetação intraurbana como importante indicador da qualidade ambiental nas cidades, devido às suas funções ecológicas, estéticas e de lazer. Neste contexto, a vegetação urbana recebe diferentes nomenclaturas que são utilizadas indistintamente como sinônimos do termo áreas verdes, quando na realidade em muitos casos não o são.

Conforme Nucci (2001, p. 236), um atributo importante, porém negligenciado no desenvolvimento das cidades é o da cobertura vegetal, de impacto sobre os arranjos socioambientais do espaço urbano. Isso posto os usos sociais

das coberturas vegetais em contraste com a poluição cada vez mais observada, produzindo discrepâncias entre a qualidade urbanística da cidade e a preservação dos recursos naturais ligados ao seu adensamento. Os termos áreas verdes, espaços/áreas livres, arborização urbana e verde urbano têm sido frequentemente utilizados no meio científico com o mesmo significado para designar a vegetação intraurbana. No entanto, os termos não são sinônimos nem tampouco se referem aos mesmos elementos de análise. Apesar da divergência em relação ao seu significado, as áreas verdes apresentam pressupostos básicos os quais a caracterizam, como podem ser observados:

[...] áreas com vegetação fazendo parte dos equipamentos urbanos, parques, jardins, cemitérios existentes, áreas de pequenos jardins, alamedas, bosques, praças de esportes, playgrounds, play-lots, balneários, área de camping e margens de rios e lagos (GEISERET, 1975, p. 30, *apud* CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992, p. 28).

Os primeiros autores não deixam claro se as áreas verdes devem ser constituídas por vegetação, enquanto os últimos não mencionam o porte de vegetação que deveria ser predominante nestas áreas (se arbórea, arbustiva ou herbácea). Mesmo sem um consenso exato sobre definição, alguns pesquisadores como Toledo e Santos (2008 p. 73-91), entendem que “as áreas verdes têm papel fundamental na qualidade de vida da população e são espaços destinados à preservação ou implantação de vegetação ou ao lazer público”.

Um aspecto importante nas definições expostas anteriormente está relacionado à permeabilidade das áreas verdes. Hardt (1994) citado por Huksmeyer e Souza (2007, p.49-59), “considera que a permeabilidade do solo em áreas urbanas está normalmente relacionada aos espaços naturais, demonstrando, na maioria das vezes, melhoria na qualidade ambiental”.

Muitas dessas áreas permeáveis também são espaços livres públicos. Cavalheiro *et al.* (1999, p. 7) recomendaram em um Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) em que a “[...] vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área total de uma área verde”. Guzzo (2006, p. 21) também ressaltou que as áreas verdes são “um tipo especial de espaço livre urbano onde os elementos fundamentais de composição são a vegetação e o solo livre de impermeabilização” e que essas

áreas devem ser protegidas.

A manutenção e conservação das áreas verdes urbanas sempre foram justificadas pelo seu potencial em propiciar qualidade ambiental à população. Ela interfere diretamente na qualidade de vida dos sujeitos por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas que elas exercem para amenização das consequências negativas da urbanização. Diversos autores, dentre eles Cavalheiro e Del Picchia (1992), Lima *et al.* (1994), Oliveira (1996), Nucci (2001), Vieira (2004) e Toledo e Santos (2008), citam vários benefícios que as áreas verdes podem trazer ao convívio nas cidades, como controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, interceptação das águas da chuva no subsolo reduzindo o escoamento superficial, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída. A vegetação tem efeitos diretos sobre a saúde mental e física da população. Oliveira (1996, p. 78-81) salienta ainda que estes efeitos contribuem para a valorização de áreas para convívio social, valorização econômica das propriedades e para a formação de uma memória e do patrimônio cultural.

Vieira (2004 p. 172-188) admite que “as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e suas funções devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam”.

Sendo assim, ainda para o autor, as funções destas áreas estariam relacionadas a:

- Função Social - possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação a este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização;
- Função Estética - diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionada a este aspecto deve ser ressaltada a importância da vegetação;
- Função ecológica - provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem estar dos habitantes, devido à presença da vege-

tação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas;

- Função Educativa - possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental;
- Função Psicológica - possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades “anti-stress” e relaxamento, uma vez que as pessoas entram em contato com os elementos naturais dessas áreas.

Admitindo-se que áreas verdes podem ser classificadas de diversas formas, desde matas remanescentes até espaço públicos como as praças, percebe-se o grau de importância deste local na aproximação da sociedade com os valores e aspectos da natureza. As áreas verdes são multifuncionais, independente de sua classificação, exercendo papéis que vão desde a socialização de categorias sociais, até a preservação de tipos específicos de vegetação, ou seja, exercem influência no âmbito social e ambiental (VIEIRA, 2004).

É importante salientar que a manutenção das áreas verdes é extremamente importante para que estas possam cumprir plenamente suas funções, sendo preciso considerar que elas devem estar devidamente conservadas.

METODOLOGIA

Campo de investigação

O campo de investigação do estudo é a cidade de Janaúba, que possui uma área de 2.151,7 km², à margem esquerda do rio Gortuba, situando-se a 130 Km de Montes Claros e 547 Km da capital Belo Horizonte, localizada na mesorregião norte-mineira. O município é cortado pelas rodovias BR 122, que a liga ao nordeste do país e a MG 401 que a interliga à região do projeto Jaíba. Com topografia bastante plana, abriga uma vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga, com o clima semiárido.

Pereira (2004) registra em seu estudo sobre a urbanização norte-mineira, que Janaúba, junto com Montes Claros, Pirapora,

Bocaiúva, Janaúria, Várzea da Palma, Taiobeiras, Salinas, Buritizeiro e São Francisco constituem a maior concentração urbana da região, devido ao crescimento populacional e por se configurarem num centro de atração regional. Atualmente conta com uma população total de 65.387 com densidade demográfica de 27,9 habitantes por km², com alta taxa de urbanização, que em 2000, chegou a 87,41%.

Evidencia-se um crescimento elevado da população, além da inversão populacional, ou seja, a cidade anterior a 1970 era predominantemente rural e, atualmente, é predominantemente urbana. Isso retrata uma tendência nacional de crescimento populacional-urbano ocorrido na década de 60, sendo que, nesse caso, o motivo é a implantação de um projeto agrícola, o Gortuba. (HERMANO, 2006, p.54)

Hermano (2006, p. 54) afirma que “o crescimento ocorre porque o desenvolvimento do agronegócio está interligado a atividades essencialmente urbanas, como o comércio de produtos específicos da agricultura tecnificada, além da prestação da assistência técnica que tende a altos níveis de especialização. Daí este ser um típico caso da urbanização rural brasileira comum ao modelo desenvolvimentista, que modernizou o interior por meio de grandes projetos agrícolas”.

PROCEDIMENTO

Para a análise, foram consideradas as praças compreendidas em sua zona urbana, as praças Dr. Mauricio de Azevedo, Dr. Rocket, Justino Pereira de Brito, da Estação, Oliveira Santos, Vitório Evangelista, Dr. Rômulo Sales, do Cristo Redentor, Anchieta, Dona Joaninha, Antônio Teixeira da Silva e do Esporte e Cultura. A aplicação do método de análise utilizado foi proposto por Teixeira e Santos (1991) e Loboda e De Angeles (2005) e foi adaptado à realidade local. Para avaliar a qualidade do aspecto fisionômico das praças, adotou-se um formulário considerando escalas de satisfação. Os aspectos analisados envolveram a localização das praças, porte vegetacional, aspecto fisionômico da vegetação, qualidade paisagística, presença de infraestrutura para descarte de lixo e acessibilidade para cadeirantes. Os dados foram coletados a campo e apresentados sob a forma de gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da qualidade das praças de Janaúba/MG

Conforme elucidado por Pereira (2004), a cidade de Janaúba, que se localiza na mesorregião norte-mineira constitui uma das maio-

res concentrações urbanas da região, devido ao crescimento populacional e por se configurarem num centro de atração regional: a região do Vale do Gortuba, um destaque regional, que cresce de forma densa se comparada a média regional.

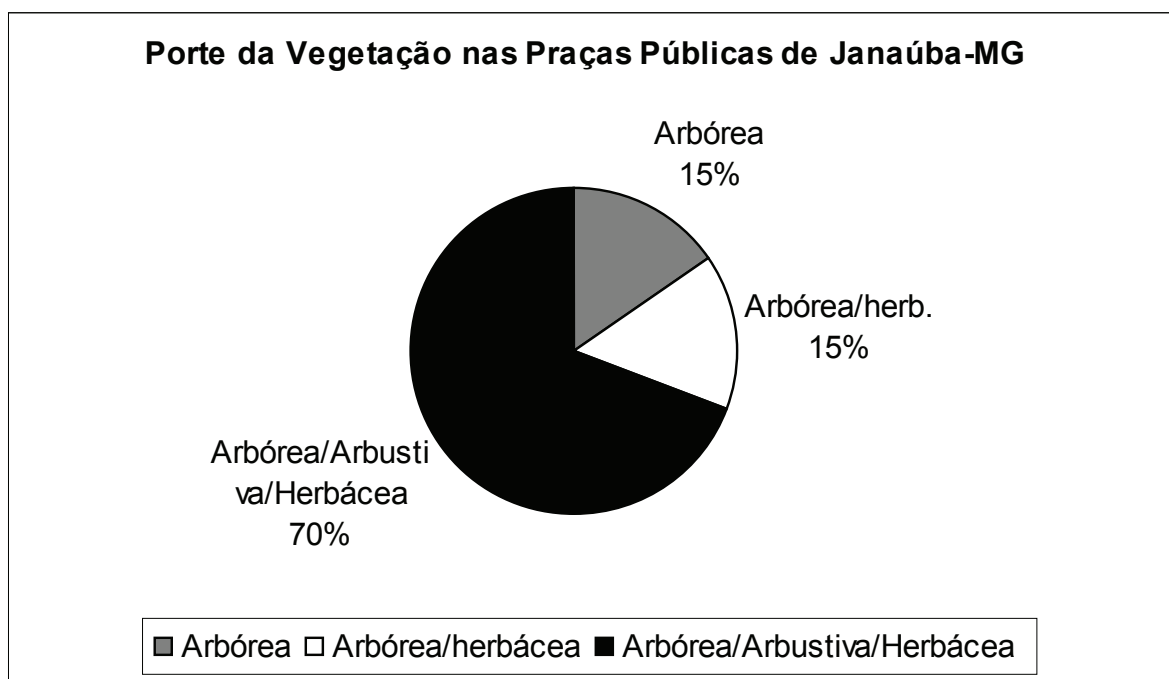
O quadro 1 apresenta a distribuição e a localização das praças da área urbana da cidade de Janaúba:

Quadro 1- Localização das praças públicas de Janaúba, Minas Gerais

NOME DA PRAÇA	BAIRRO	LOCALIZAÇÃO UTM
1 - Pr. Dr.Mauricio de Azevedo	Centro	8252440
2 - Pr. Dr. Rocket	Centro	8252665
3 - Pr. Justino Pereira de Brito	Padre Eustáquio	82522050
4 - Pr. da Estação	Centro	8251818
5 - Pr. Oliveira Santos	Centro	8252269
6 - Pr. Vitório Evangelista	Gameleira	8252359
7 - Pr. Dr. Rômulo Sales	Centro	8252418
8 - Pr. Do Cristo Redentor	Centro	8251733
9 - Pr. Anchieta	São Gonçalo	8251137
10 - Pr. Dona Joaquina	Saudade	8251553
11 - Praça Antônio Teixeira da Silva	Santa Cruz	8249225
12 - Pr. Esporte e Cultura	Vila Isaias	8248405

Fonte: Dados coletados a partir de pesquisa de campo e informações espaciais via GPS.

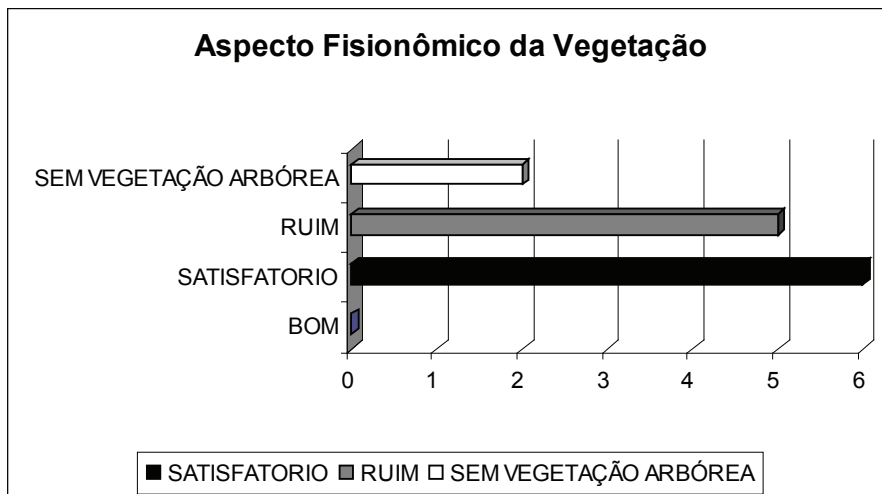
Gráfico 1 - Porte vegetacional das praças públicas de Janaúba, Minas Gerais.



O gráfico 1 revela que o porte vegetacional predominante nas praças janaubenses, onde 70% é arbóreas, herbáceas e arbustivas, 15% apenas arbóreas e herbáceas e os outros 15%

apenas arbustivas. O gráfico permitiu observar uma distribuição de vegetação desigual na composição das praças da cidade.

Gráfico 2- Aspecto fisionômico da vegetação nas praças de Janaúba, Minas Gerais



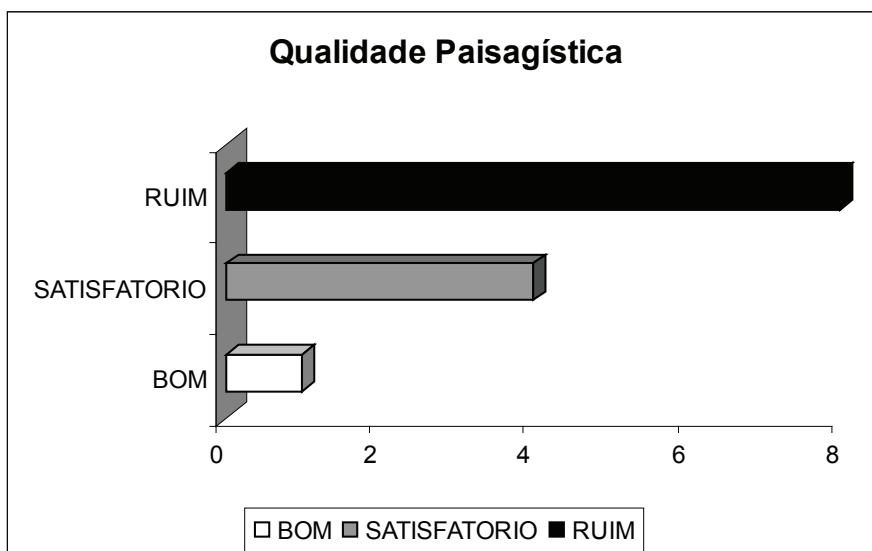
A metodologia adotada para análise dessas áreas baseou-se nos critérios para classificação dos aspectos fisionômicos e fisiológicos da vegetação das áreas verdes a abordagem de Teixeira e Santos (1991), a partir dos conceitos:

- Bom - Refere-se à vegetação que está isenta de sinais de pragas, doenças ou injúrias mecânicas;
- Satisfatório - Para vegetações que apresentem pequenos problemas de pragas, doenças ou danos físicos, necessitando de uma poda;
- Ruim - Quando se verifica severos danos de-

sencadeados por pragas, doenças ou danos físicos e morta ou com morte aparente.

Com base no método de análise de Teixeira e Santos (1991), no gráfico 2 é possível observar o aspecto fisionômico da vegetação das praças, considerado satisfatório. Salienta-se que o objetivo do mesmo, não é caracterizar as espécies de plantas dispostos nestes espaços, mas sim realizar uma abordagem geral, envolvendo a qualidade das espécies, sem pautar-se nas caracterizações físicas das mesmas, agravada pela má conservação e preservação do local.

Gráfico 3 - Qualidade paisagística das praças de Janaúba, Minas Gerais.



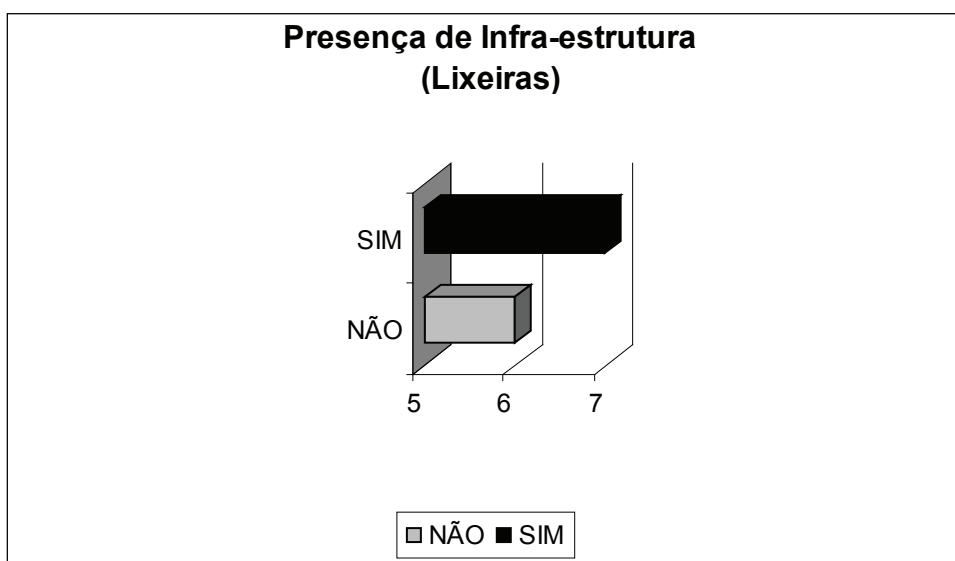
Os critérios de classificação dos aspectos paisagísticos das áreas verdes têm como norte teórico as concepções do mesmo. Os parâmetros utilizados para diferenciar a qualidade paisagística foram os seguintes:

- Bom - Quando se apresentam sem danos, em condições de pleno uso;
- Satisfatório - Quando se apresentam com pequenos danos, possibilitando o uso;
- Ruim - Quando se apresentam com danos

que impossibilitam o uso pleno.

No gráfico 3, a qualidade paisagística das praças é analisada e tipificada com avaliação ruim. Segundo Cavalheiro e Del Picchia (1992, p. 42), a qualidade paisagística interfere diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para amenização das consequências negativas da urbanização. Portanto, a manutenção e conservação das áreas verdes urbanas são de grande importância para propiciar qualidade ambiental à população.

Gráfico 4 - Presença de infraestrutura adequada para o descarte de lixo

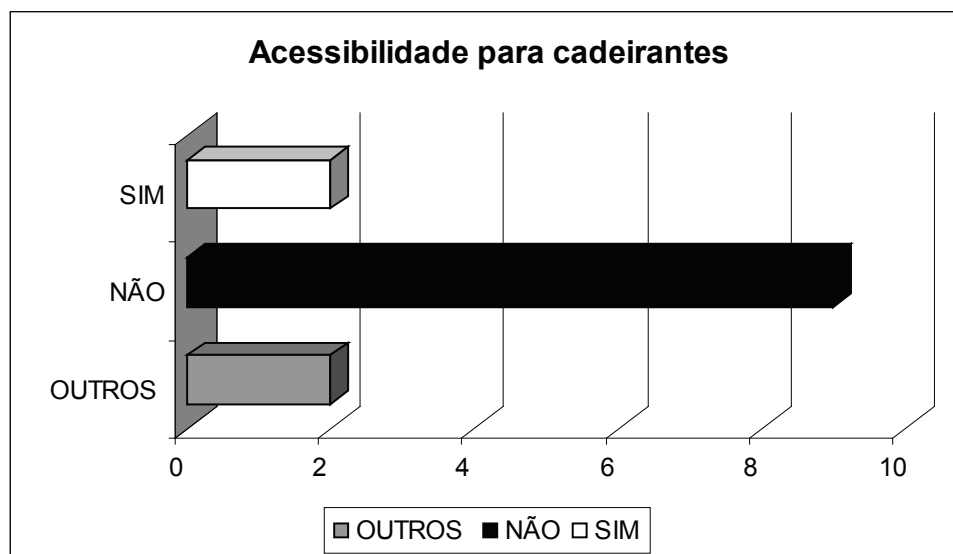


A presença de infraestrutura para o descarte de lixo nas praças é avaliada no gráfico 4 revelando precariedade de infraestrutura adequada para a destinação de resíduos no local. Fróes (2011, p. 49) afirma que “a ausência ou a presença de recipientes (lixeiros) nas áreas verdes, influenciam ao que se diz respeito à educação ambiental individual e coletiva”. A presença das lixeiras estimulam hábitos sanitários, conseqüentemente, a boa preservação dos espaços urbanos e a utilização plena dos mesmos. Conforme observado em campo, as praças possuem lixeiras, porém as lixeiras são inadequadas e insuficientes para o descarte do lixo. Como meio de mitigar essa problemática é proposta a instalação de recipientes corretos para descarte do

lixo, contendo no mínimo as lixeiras referentes aos produtos de fácil acesso, como papel, plástico, vidro, metal e orgânicos.

No gráfico 5 observa-se a falta de acessibilidade para cadeirantes no desenho estrutural das praças. Muitos deficientes físicos não têm condições de devido a obstáculos e barreiras arquitetônicas presentes no meio urbano. Ainda que haja legislação que preconize seu atendimento, sabe-se que grande parcela da população se encontra excluída e segregada, não recebendo atendimento adequado para que ocorra sua inclusão na sociedade. É preciso criar oportunidades para que um deficiente se insira na sociedade de forma igualitária e possa exercer sua cidadania com dignidade.

Gráfico 5 - Acessibilidade para cadeirantes, nas praças da cidade de Janaúba, Minas Gerais



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cotidiano administrativo público, os problemas encontrados nos espaços verdes são amenizados com recursos que sobram de outras atividades consideradas como prioritárias e que, geralmente, incluem-se nesse âmbito aquelas de cunho estratégico, político e econômico. Por isso, as verbas destinadas às áreas verdes públicas são sempre reduzidas, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela expansão urbana. Associada às questões acima está a falta de políticas públicas consistentes no campo urbanístico que poderiam evitar os problemas que ocorrem hoje nas grandes cidades.

Outro fator que contribui para aumentar a penúria renitente das áreas verdes urbanas são as descontinuidades políticas. Sabe-se que um plano de áreas verdes, implantação de uma praça, arborização de um bairro, são ações que precisam ser pensadas e executadas em longo prazo. Todo esse processo é prejudicado com a alternância de grupos políticos na administração, pelo fato de que as políticas, os planos e metas traçados não vão além do período de gestão, isso ainda quando chegam a ser efetivados. Os resultados são os déficits permanentes e crescentes dessas áreas de forma contígua ao espaço urbano.

Diagnosticou-se por meio deste trabalho o retrato das áreas verdes urbanas nas praças públicas de Janaúba, constatando indicadores baixos de arborização e qualidade ambiental ligado aos aspectos estrutural e social da cidade. Foi possível identificar também que as áreas verdes públicas do centro urbano apresentam um

aspecto diferenciado em relação às áreas periféricas da cidade, que geralmente estão mais abandonadas.

REFERÊNCIAS

BARGOS E MATIAS Soc. Bras. de Arborização Urbana. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 6, n. 3, 2011. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/artigos/areas%2overdes%20urbanas%20Danubia.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e IV Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória: 1992. Disponível em: [http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20\(1992\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20(1992).pdf). Acesso em: 08 jul. 2014.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y. T. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 3, jul./set. 1999. Disponível em: http://www.geografia.ufflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_18/RDG18_048_%20059.pdf. Acesso em: 08 jul. 2014.

GUZZO, P. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): Acesso Público, Índices e Base para Novos Instrumentos e Mecanismos de Gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.1, n.1, 2006.

Disponível em: http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo03.pdf Acesso em: 10/julho/2014.

HERMANO, V. M. **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e Nova Porteirinha. Montes Claros: UNIMONTES, 2006.** (dissertação de Mestrado).

LOBODA, C.R.; DE ANGELIS, B.L.D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun, 2005. Disponível em: <http://200.201.10.18/index.php/ambiencia/article/view/157/185> - Acesso em: 10/julho/2014.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: Um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP).** 2ª ed. ISBN 978-85-908251-0-4 - Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs> - Acesso em: 05 de Abril de 2014

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas.** Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v30n2/a15v30n2>- Acesso em: 11/julho/2014 p. 78-81.

PEREIRA, A. M. **“A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões.** In: PEREIRA, Anete Marília. ALMEIDA, Mara I. Soares. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004. p11-32.

ROSSET, F. **Procedimentos Metodológicos para estimativa do índice de áreas verdes públicas. Estudo de caso: Erechim, RS.** Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2005.

TOLEDO, F.S; SANTOS, D.G. Espaços Livres de Construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, SP, v.3, n.1, p. 73-91, mar. 2008. Disponível em: <http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1070.pdf>- Acesso em: 11/julho/2014.

Áreas verdes urbanas... 188 **Soc. Bras. de Arborização Urbana REVSBAU, Piracicaba - SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v30n2/a15v30n2>- Acesso em: 11/julho/2014.

VIEIRA, P. B. H. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG).** Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, SC, 2004, p.172-188